

COLÔMBIA



“

APESAR DA APARENTE BOA NOTÍCIA, QUANDO COMPARAMOS ESSES PEQUENOS AVANÇOS COM O NÚMERO ACUMULADO DE ASSASSINATOS, PODEMOS VER QUE A IMPUNIDADE CONTINUA A PREVALEGER

”

PROGRAMA SOMOS DEFENSORES

EM 2018, O GOVERNO COLOMBIANO ENFRENTA MUITOS OBSTÁCULOS PARA ALCANÇAR A IMPLEMENTAÇÃO DOS acordos de paz, a criação da verdadeira paz e a proteção dos direitos humanos, incluindo: violações dos acordos de paz pelo próprio Estado colombiano; recusa da classe política tradicional em se engajar em qualquer processo de reforma política; extração agressiva dos recursos naturais, apesar da oposição local e do impacto na mudança climática; corrupção nas elites políticas e econômicas do país; e uma cultura de ódio exacerbada por segmentos da extrema direita da população, o que está levando o país a um estado de polarização social do qual será difícil retornar.

A incorporação prática do compromisso de construir uma paz duradoura, por meio do fim da violência e da capacitação das comunidades, significa proteger os/as ativistas que realmente fazem esse trabalho. De acordo com o Programa Somos Defensores,⁶⁴ “Se as comunidades locais continuarem a ver pedidos de proteção serem negados, enquanto pessoas defensoras de direitos humanos são ameaçadas, atacadas e assassinadas com impunidade, elas entenderão que a participação ativa no processo de paz implica em riscos fatais para suas vidas e suas famílias. E quando comunidades locais estão com medo de participar no processo de construção da paz, o acordo fracassa. A proteção de pessoas defensoras de direitos humanos é de suma importância para o sucesso do processo de paz”.⁶⁵

Em 2017, o conflito armado e sua interminável lista de vítimas deixou de ser notícia diária. A assinatura dos acordos de paz com as FARC⁶⁶ (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o início das negociações com o ELN⁶⁷ (Exército de Libertação Nacional) resultaram em uma redução substancial dos assassinatos políticos. No entanto, em meio a essa tendência positiva, surgiu outro fenômeno: o aumento vertiginoso nos assassinatos de lideranças sociais e pessoas defensoras de direitos humanos.⁶⁸ Durante 2017, o Programa Somos Defensores realizou uma revisão de vários relatórios publicados sobre a situação de defensores e defensoras na Colômbia.⁶⁹ Todos os relatórios enfatizaram o nível crítico de risco enfrentado pelas pessoas defensoras de direitos humanos no país e também destacaram o papel fundamental nessa violência desempenhado por atores econômicos que têm interesse em ganhar controle sobre o território e veem o trabalho de lideranças comunitárias e pessoas defensoras como um obstáculo potencial aos seus próprios interesses políticos e financeiros. Nos últimos anos, tem havido um grande número de diagnósticos, iniciativas, análises, alertas de risco tanto da sociedade civil como da Defensoria do Povo e muitas declarações oficiais reconhecendo os esforços feitos pelo governo nacional para abordar o problema dos ataques a pessoas defensoras de direitos humanos. No entanto, o assassinato dessas pessoas defensoras da paz, democracia e direitos humanos continua com quase total impunidade.

O padrão de violência e assassinatos documentado em 2016 continuou em 2017: polarização social, falta de confiança no sistema político, além de uma redução histórica da violência no contexto do confronto entre o Estado e as FARC. No entanto, no que diz respeito à situação das pessoas defensoras, a implementação dos acordos de paz com as FARC tem sido uma experiência contraditória. Embora seja muito importante reconhecer que o silêncio das armas trouxe a menor taxa de mortes entre a população geral dos últimos 30 anos,⁷⁰ o número de assassinatos de defensores e defensoras aumentou dramaticamente. Segundo dados do Programa Somos Defensores,⁷¹ houve um aumento geral dos assassinatos de defensores e defensoras desde o início do processo de paz: (2013 – 78 casos, 2014 – 55 casos, 2015 – 63 casos, 2016 – 80 casos) em 2017, esse número subiu para 121 casos.⁷² A situação em 2018 não melhorou e está se tornando ainda pior, com 46 pessoas defensoras mortas nos primeiros três meses do ano.⁷³ Como tem sido repetidamente documentado, os ataques contra lideranças sociais e pessoas defensoras de direitos humanos têm sido uma realidade histórica no contexto da violência sociopolítica há mais de 10 anos. O fracasso do Estado em responder adequadamente a esta crise é particularmente preocupante. Uma análise dos dados para 2017 mostra que 70% dos assassinatos de lideranças sociais e pessoas defensoras de direitos humanos ainda estão no estágio preliminar de investigação; em outras palavras, nenhum progresso foi feito.⁷⁴ Em 11% desses casos há acusação em andamento, enquanto em apenas 10% houve uma condenação. Em 4% dos casos foi expedido um mandado de prisão e foi cumprida a sentença do tribunal em apenas 5%.⁷⁵ Esta situação continua a ser um grande desafio, não só para o gabinete do Procurador-Geral, mas também para o Judiciário. Se não houver um esforço conjunto para resolver o problema, a taxa de impunidade permanecerá a mesma ou até aumentará.

SEGUNDO DADOS DO PROGRAMA SOMOS DEFENSORES, HOUVE UM AUMENTO GERAL DOS ASSASSINATOS DE DEFENSORES E DEFENSORAS DESDE O INÍCIO DO PROCESSO DE PAZ

ATAQUES EM RAZÃO DE GÊNERO

Em relação aos ataques em razão de gênero, das 560 pessoas defensoras atacadas em 2017, 74% eram homens e 26% eram mulheres. Esse tem sido o padrão desde 2016, embora com uma ligeira diminuição recente no número de defensoras atacadas. No entanto, esses números não refletem a estigmatização que as defensoras experimentam ou a natureza extrema da violência contra elas. Os ataques a defensoras mostram consistentemente níveis mais altos de violência, incluindo violência sexual.

LIDERANÇAS MAIS AFETADAS

Muitas das pessoas defensoras de direitos humanos mortas são ativas unicamente a nível local e não possuem incidência nacional.⁷⁶ A maioria

das pessoas defensoras mortas estava trabalhando em defesa do direito à terra ou para proteger o território de povos indígenas. Sob risco particular estão integrantes de minorias étnicas, comunidades camponesas, povos indígenas, afrodescendentes ou integrantes de conselhos locais de ação comunitária em áreas rurais. Esses assassinatos são cometidos em lugares onde a presença do Estado é limitada e as pessoas não podem exercer plenamente seus direitos humanos.⁷⁷ Em termos de resposta oficial, as autoridades estatais precisam levar em conta o impacto de um assassinato não apenas sobre a família imediata do defensor ou da defensora, mas também sobre a comunidade como um todo.⁷⁸ Como resultado dos assassinatos e do clima geral de violência, comunidades são deslocadas e famílias são separadas e perdem seus meios de sustento.⁷⁹ Os departamentos com o maior número de pessoas defensoras assassinadas são Cauca, Antioquia, Vale do Cauca, Narino, Córdoba, Bogotá, Putumayo, Norte de Santander, Risaralda, Bolívar, Chocó, Meta, Huila e Arauca.

Em 90% desses territórios há incidência histórica do conflito armado. Apesar do processo de paz, abusos como o assassinato de integrantes de comunidades afro-colombianas e povos indígenas, deslocamentos forçados coletivos, confinamento de comunidades a certas áreas, recrutamento forçado de crianças para grupos paramilitares, violência sexual e uso de minas antipessoais persistem nessas áreas.⁸⁰ Na maioria dos casos, o motivo dessas mortes foi o fato de que o/a defensor ou defensora estava trabalhando em questões como denunciar ou se opor à atividade econômica ilegal e à criminalidade; reivindicar seus próprios direitos ou os da coletividade; e apoiar políticas derivadas da implementação dos acordos, como o programa para substituir o cultivo de coca por outras culturas. Dos 105 assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos documentados pelas Nações Unidas entre janeiro e o início de dezembro de 2017, 59% foram supostamente perpetrados por matadores de aluguel, o que destaca a necessidade não apenas de levar os autores materiais à justiça, mas também de identificar e condenar os autores intelectuais dos assassinatos.⁸¹

SUPOSTOS AGRESSORES

A maioria dos relatórios e organizações destaca as dificuldades em identificar os responsáveis pelos assassinatos. No entanto, os estudos e organizações consultados identificam a presença de grupos paramilitares, incluindo traficantes ou pessoas próximas a eles, como as *Autodefensas Campesinas de Colombia* (Autodefesas Campesinas da Colômbia), como principal fonte de violência contra defensores e defensoras.⁸² O Defensor do Povo em matéria de Direitos Humanos, Carlos Alfonso Negret Mosquera, recentemente assinalou que “uma das principais causas desse

fenômeno é a tentativa de grupos armados ilegais de ocupar o território do qual as FARC se retiraram”.⁸³ Ao mesmo tempo, vários casos de conluio entre funcionários do Estado e grupos paramilitares foram documentados em diferentes partes do país, como Norte de Santander e Antioquia. Nos casos documentados entre 2009-2016, onde as forças estatais foram alegadamente responsáveis pela morte de lideranças comunitárias, há um padrão consistente nas circunstâncias dos assassinatos:⁸⁴ “As pessoas defensoras de direitos humanos são mortas com mais frequência no período da manhã ou tarde da noite, em áreas rurais, dentro ou nas

AS PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS SÃO MORTAS COM MAIS FREQUÊNCIA NO PERÍODO DA MANHÃ OU TARDE DA NOITE, EM ÁREAS RURAIS, DENTRO OU NAS PROXIMIDADES DE SUAS CASAS OU QUANDO VIAJAM. FINALMENTE, NA MAIORIA DOS CASOS, COM O EMPREGO DE ARMAS DE FOGO

JOSÉ YIMER CARTAGENA ÚSUGA



O corpo de José Yimer Cartagena Úsuga foi encontrado ao meio-dia de 11 de janeiro de 2017, em um cercado próximo ao hospital do município de Carepa, em Antioquia Urabá. Ele foi esfaqueado várias vezes e seu corpo mostrava sinais de tortura. José Yimer havia trabalhado, por mais de sete anos, como liderança camponesa no sul do estado de Córdoba, onde, na década de 1990, as FARC e as AUC haviam realizado massacres, sequestros e o deslocamento forçado de comunidades. Desde 2012, ele trabalhava com o movimento “Marcha Patriótica” e

depois ingressou na “Asociación Campesina para o Desenvolvimento do Alto Seno” (Asodecas), da qual foi vice-presidente. José Yimer trabalhava com os agricultores/as, incentivando-os/as a entrar em programas para promover a substituição de cultivos ilícitos, mas também pressionava o governo para impedir a implementação de uma política de erradicação forçada.

BERNARDO CUERO



Em 07 de junho de 2017, Bernardo Cuero estava em casa assistindo a um jogo de futebol em Malambo, na Colômbia, quando dois homens armados entraram e atiraram nele, tendo sua parceira e outros membros da família presenciado o ato. Bernardo Cuero era o “Fiscal” (investigador principal) da Associação Nacional de Afro-Colombianos Deslocados (AFRODES) e representante legal da Associação de Pessoas Deslocadas em Malambo (ADEVIM). Bernardo Cuero participou da 149ª sessão da CIDH em 2013, durante a qual denunciou os riscos postos por grupos

paramilitares a pessoas defensoras de direitos humanos afro-colombianas. Bernardo Cuero foi ele próprio vítima de deslocamento forçado, em 2000, quando teve que deixar Tumaco, na província de Narino, após ser alvo de grupos paramilitares. Desde então, ele havia se tornado alvo frequente de ameaças e tentativas de assassinato. Em 19 de março de 2018, os filhos de Bernardo, Silvio Duban e Javier Bernardo, foram mortos enquanto trabalhavam em seu negócio, em razão de sua campanha por justiça para seu pai.

proximidades de suas casas ou quando viajam. Finalmente, o assassinato desses ativistas é realizado, na maioria dos casos, com o emprego de armas de fogo.⁸⁵

MOTIVAÇÕES DOS ASSASSINATOS

A maioria dos assassinatos de defensoras e defensores de direitos humanos está relacionada a disputas por terras e territórios, surgimento de novos agrupamentos políticos, interesses de mineração ou exploração de outros recursos naturais, tráfico de drogas, microtráfico, cultivos para uso ilícito e programas de substituição desses cultivos. Enquanto isso, o governo colombiano continua a afirmar que esses assassinatos são incidentes isolados, negando o padrão de atuação paramilitar sistemática.⁸⁶ O fracasso do governo em reconhecer e enfrentar essa situação põe em risco o próprio Acordo de Paz.

AÇÃO DO ESTADO, INSUFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E FALTA DE UMA RESPOSTA ESTATAL INTEGRADA

Segundo o presidente Santos, seu governo acredita firmemente na proteção de pessoas defensoras de direitos humanos e lideranças comunitárias. Ele declarou publicamente que “não permitiremos a repetição de tragédias como a que ocorreu com a União Patriótica (UP) nos anos 1980 e 1990⁸⁷ [...], não permitiremos que pessoas violentas, intolerantes e criminosas escapem”.⁸⁸ No entanto, o nível de violência experimentado pelas organizações da sociedade civil e pessoas defensoras em geral, bem como os perigos específicos enfrentados por integrantes de comunidades camponesas, comunidades étnicas minoritárias e movimentos de mulheres, mostram a extensão do fracasso do Estado em proteger os direitos humanos na Colômbia.⁸⁹

Nos últimos nove anos, a investigação de crimes contra defensores e defensoras de direitos humanos tem sido uma função isolada do gabinete do Procurador-Geral e é administrada, ou não, a critério do indivíduo que estiver ocupando o cargo. Como resultado, tem havido um completo fracasso por parte desse órgão em desenvolver uma política adequadamente integrada e dotada de recursos. Os esforços para resolver casos pendentes iniciados pela Mesa Nacional de Garantias e apoiados pelo OHCHR (Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos) resultaram em progresso em apenas 13% das investigações iniciadas no último 8 anos. É hora de estabelecer uma nova política dentro dessa entidade que atenda a todas as diretrizes e regulamentos internos, permitindo uma ação efetiva em relação a ataques contra defensores e defensoras de direitos humanos. Uma única política coordenada e administrada pelo gabinete do Procurador-Geral estabeleceria uma resposta unificada, abrangente e quantificável ao surto de mortes. No entanto, um dos problemas do gabinete é que os julgamentos estão espalhados pelo país. Obviamente, a solução não é centralizá-los em Bogotá. A solução ideal seria que esses julgamentos fossem realizados nas regiões correspondentes e que os escritórios regionais da Procuradoria-Geral tivessem recursos técnicos, conceituais e materiais para lidar com essas investigações de maneira eficaz e imparcial.

OUTRO DESAFIO É ELIMINAR A CORRUPÇÃO E A PRESSÃO DE GRUPOS ARMADOS ILEGAIS E OUTROS ATORES LOCAIS QUE POSSAM IMPEDIR A REALIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES

JUANA BAUTISTA ALMAZO URIANA (EPIAYÚ)



No domingo, 24 de setembro de 2017, Juana Bautista Almazo Uriana deixou seu sítio em uma comunidade indígena Wayuu em Camino Verde, para fazer negócios no centro da vila de Uribia, a cerca de 15 minutos de distância. Quando ela não voltou na hora do almoço, ou mesmo à noite, sua família alertou a polícia e começou uma busca por ela, inclusive pedindo ajuda em várias redes sociais. No dia 26 de setembro, seu corpo foi encontrado, em estado avançado de decomposição, perto da aldeia de El Pájaro, por um grupo de homens que se

dirigiam ao trabalho. Juana Bautista foi uma professora e líder comunitária que se manifestou contundentemente na defesa dos direitos do povo Wayuu.

GONZALO ANTONIO MARTINEZ GUISAO



O líder comunitário e camponês Gonzalo Antonio Martínez Guisao viajava de micro-ônibus, com sua esposa, na cidade de Carepa, departamento de Antioquia, quando o veículo foi interceptado por homens fortemente armados, os quais afirmavam ser membros do grupo paramilitar AGC (Autodefensas Gaitanistas de Colombia). Gonzalo foi retirado do veículo e seu corpo foi encontrado no dia seguinte. Ele havia sido baleado quatro vezes e seu corpo mostrava sinais de tortura. Gonzalo Antonio era presidente do Conselho de Ação Comunitária da vila de

Pechinde e era também membro da Asociación Campesina para el Desarrollo del Alto Sinú (Asodecas). Seus familiares relataram que eles e outras famílias na área se sentem muito ameaçados por causa da atividade paramilitar.

Outro desafio é eliminar a corrupção e a pressão de grupos armados ilegais e outros atores locais que possam impedir a realização de investigações. Isso só será possível através do monitoramento rigoroso desses casos a partir de Bogotá. Paralelamente, o Judiciário como um todo deve se concentrar nos ataques contra pessoas defensoras, já que estes são ataques contra elementos centrais para a construção da democracia e da paz. Instituições como o Ministério da Justiça, os tribunais superiores e os/as vários/as juizes/as em todo o país demonstram uma indiferença acentuada em relação à questão dos crimes contra defensoras e defensores de direitos humanos, e o impacto de sua falta de engajamento é profundamente sentido. Essas instituições devem iniciar discussões sobre esta questão com todos os departamentos relevantes do governo e com os órgãos de monitoramento que já possuem conhecimento detalhado das questões, tais como a Defensoria do Povo em matéria de Direitos Humanos e o gabinete do Procurador-Geral, a fim de coordenar uma estratégia abrangente.

Em 2017, o gabinete do Procurador-Geral avançou como nunca antes nas investigações sobre crimes contra pessoas defensoras e, pela primeira vez na história recente do país, a instituição demonstrou a vontade política de priorizar casos de assassinatos ocorridos desde 2016. No entanto, vale ressaltar que esses chamados “avanços históricos” resultantes da implementação de sua “Estratégia de Investigação e Judicialização de Homicídios contra Defensores de Direitos Humanos”⁹⁰ mostraram que houve progresso em apenas 30% dos casos do ano anterior

A IMPUNIDADE CONTRA-ATACA

O relatório “STOP WARS, *Paran la Guerra contra los Defensores*”,⁹¹ produzido pelo Programa Somos Defensores, sinalizou o fato de que a taxa de impunidade em assassinatos de pessoas defensoras na Colômbia, em 2013, era de 95%. Nos 458 assassinatos de defensores e defensoras ocorridos entre 2009 e 2016, há uma taxa de impunidade de 87%. O progresso limitado alcançado em investigações recentes não está acompanhando o aumento nos assassinatos de pessoas defensoras nos últimos anos. A maioria dos casos permanece no estágio preliminar do inquérito, mesmo oito anos após os assassinatos, assegurando assim, efetivamente, que não haverá mais investigação, já que é praticamente impossível coletar evidências de uma cena de crime ou coletar depoimentos de testemunhas após um íterim tão longo. Ainda há uma falta de análise estrutural dessa violência, a fim de identificar possíveis padrões entre esses crimes. É imperativo que o governo inicie um sistema abrangente de investigações para garantir que haja mais do que 28 condenações em mais de 450 casos de assassinatos em oito anos. Somente se os dados sobre os casos forem analisados com o mesmo rigor com que os casos são julgados pelos tribunais é que será possível estabelecer, finalmente, se a violência contra defensores e defensoras de direitos humanos na Colômbia é sistemática ou não. Apesar do que parece ser uma boa notícia, ao comparar esses avanços com dados históricos, fica claro que a impunidade continua a prevalecer como regra geral.

OUTRO ELEMENTO RESULTANTE DO FIM DO CONFLITO COM AS FARC, O QUAL INFLUENCIA EM GRANDE PARTE O AUMENTO DE ASSASSINATOS, É A AUSÊNCIA DO ESTADO E O VAZIO DE DEMOCRACIA LOCAL EM ÁREAS QUE ERAM CONTROLADAS PELAS FARC

O PAPEL DO MINISTÉRIO DO INTERIOR

O Ministro do Interior da Colômbia é o principal ministro do governo em relação aos direitos humanos, com responsabilidade específica de acompanhar a aprovação de textos legais no Congresso que subsidiam os Acordos de Paz, incluindo as disposições para a proteção dos direitos humanos e do trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos. Apesar disso, é evidente que o ministro não foi capaz de cumprir sua obrigação de tomar medidas sobre a questão dos ataques a defensores e defensoras de direitos humanos, tal como estabelecido no Decreto 1066 de 2015.⁹² Em 2017, o Ministro do Interior recebeu o Relatório de Riscos 010-17 da Defensoria do Povo, o qual forneceu um panorama detalhado do perigo enfrentado por mais de 300 organizações sociais em 265 municípios do país.⁹³ Esse documento deveria ter sido analisado e avaliado com vistas a tomar as medidas urgentes necessárias. No entanto, isso foi feito apenas quatro meses após o Relatório de Riscos ter sido recebido pelo Ministério do Interior e, nesse íterim, dezenas de lideranças comunitárias e pessoas defensoras de direitos humanos foram mortas. Conforme indicado pela Defensoria em um comunicado oficial,⁹⁴ o ministro não fez uso correto desse importante recurso preventivo que poderia ter salvado a vida de muitas lideranças sociais. O ponto importante é que é da exclusiva competência do Ministro do Interior decidir se deve ou não emitir um aviso prévio e enviar as instruções apropriadas às autoridades competentes – algo que simplesmente não foi feito.

PROCESSO DE PAZ E O CAMINHO A SEGUIR

A lenta e difícil implementação do Acordo de Paz incentivou o aumento nos assassinatos de lideranças, como evidenciado pelo fato de que muitas vítimas estiveram ativas na campanha em favor da implementação de um ou mais dos cinco pontos centrais do acordo (Desenvolvimento Rural; Garantias para Participação Política; Fim da Violência; Tráfico de Drogas; Direitos das Vítimas). Outro elemento resultante do fim do conflito com as FARC, o qual influencia em grande parte o aumento de assassinatos, é a ausência do Estado e o vazio de democracia local em áreas que eram controladas pelas FARC. Estas áreas não estão efetivamente sob a tutela das autoridades civis e a presença do Estado limitou-se à presença das forças de segurança. Essas áreas estão atualmente sob disputa de grupos com origens paramilitares; outros guerrilheiros; traficantes de drogas; dissidentes das FARC que não entraram no processo de reintegração ou que entraram e saíram dele; e facções do crime organizado.⁹⁵



Cartaz de uma campanha na Colômbia. O texto principal diz: "Defendemos a área de reserva do Vale do Rio Cimitarra." Isso destaca os atuais problemas ambientais na região.

Uma das mudanças necessárias identificadas no Acordo de Paz é que a justiça deve se tornar mais eficaz, especificamente em relação ao desmantelamento da atividade paramilitar e à prevenção e investigação de ataques contra lideranças sociais e pessoas defensoras de direitos humanos. O anúncio de criação, em 2017, de uma Unidade de Investigações Especiais no gabinete do Procurador-Geral aumentou a esperança de que finalmente haveria um mecanismo estatal efetivo para investigar os assassinatos de pessoas defensoras.⁹⁶ Enquanto se aguarda seu estabelecimento, resta saber se todas essas mudanças ocorrerão ou se, como no caso do mecanismo de proteção estatal para pessoas defensoras,⁹⁷ sua aplicação local definitiva permanecerá mínima e fraca.⁹⁸ Nesse contexto, o papel dos/as juizes/as e dos tribunais na aplicação da justiça é altamente importante em casos de crimes contra pessoas defensoras de direitos humanos. Mesmo que novas iniciativas do Procurador-Geral tenham produzido resultados, a verdade é que, se o sistema de justiça não tiver sido sensibilizado para compreender a legitimidade e importância do trabalho de pessoas defensoras de direitos humanos na construção da paz e da democracia, o progresso será mínimo e esses casos não terão a prioridade exigida pelo contexto político mais amplo.

PROTEÇÃO INDIVIDUAL VS. PROTEÇÃO COLETIVA

Nos últimos oito anos, o Tribunal Constitucional instou repetidamente o governo nacional a implementar um programa de proteção coletiva que, por meio da utilização de uma matriz coletiva de avaliação de riscos, gerencie os riscos de deslocamento forçado e, ao mesmo tempo, lide com outros aspectos do conflito armado interno.⁹⁹ Além disso, em 2017, a terceira seção do Conselho de Estado instou o Presidente da República a proteger as lideranças sociais e suas organizações, dado o alarmante número de ataques e assassinatos. A comunidade de direitos humanos tem instado o governo a implementar uma estratégia de proteção coletiva por muitos anos, não apenas porque já é uma obrigação existente nos programas de proteção atualmente em vigor, mas porque a proteção individual, física e armada não é mais sustentável a nível financeiro, operacional ou político. Conforme o tempo passa, o número de mortes continua aumentando; agora é a hora de construir um sistema de proteção coletiva eficaz.¹⁰⁰

UNIDADE DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS

De acordo com as disposições do ponto 3.4 do Acordo de Paz, a Unidade de Investigações Especiais destina-se a desenhar estratégias e políticas relacionadas à investigação de assassinatos, atos ou comportamentos contra pessoas defensoras de direitos humanos, movimentos sociais e movimentos políticos; a implementação dos acordos e a construção da paz; a identificação de estruturas criminosas e as redes de apoio sob sua competência; e a análise dos contextos políticos e sociais que permitem o estabelecimento de padrões comuns de agressão.¹⁰¹ Essa unidade deve estar completamente aberta ao diálogo constante com organizações que também documentam violência contra pessoas defensoras de direitos humanos, a fim de incentivar o trabalho conjunto com vistas a reduzir, na medida do possível, a impunidade dos mais de 3.000 casos de violência documentados nos últimos quatro anos. Esta é também uma oportunidade para as pessoas defensoras, na

NO ENTANTO, APESAR DO AMPLO MARCO INSTITUCIONAL DEDICADO À PROTEÇÃO DE DEFENSORES E DEFENSORAS NA COLÔMBIA, A RESPOSTA INSTITUCIONAL CONTINUA A SER FRACA

medida em que um único e fluido canal de comunicação seria estabelecido para concentrar as informações de todas as denúncias de violência contra essas pessoas. É imperativo permitir que esta unidade supere a impunidade, por meio do fornecimento de informações precisas e exatas

PROGRAMA DE SEGURANÇA INTEGRAL

Uma das grandes oportunidades que pode desempenhar um papel de destaque na busca de uma proteção mais ampla para os defensores e defensoras de direitos humanos, suas organizações e comunidades é o recém-criado "Programa Integral de Seguridad y Protección para comunidades y organizaciones, líderes, lideresas, dirigentes, representantes y activistas de organizaciones sociales, populares, étnicas, de mujeres, de género y defensoras de derechos humanos en los territorios" (Programa Integral de Segurança e Proteção para comunidades e organizações, lideranças, dirigentes, representantes e ativistas de organizações sociais, populares, étnicas, de mulheres, de gênero e defensoras de direitos humanos nos territórios).¹⁰² Embora seja demasiado cedo para falar de uma plataforma que ainda não foi formalizada, é verdade que, em termos de implementação do Acordo de Paz, este será o programa-quadro que coordenará grande parte dos esforços de proteção, de uma maneira integral, do Estado colombiano em face de pessoas defensoras, organizações e comunidades.

HORA DE ADOTAR AÇÕES PREVENTIVAS

Vários governos nacionais fizeram esforços significativos para gerar uma estrutura regulatória, adaptar instituições e reunir recursos para enfrentar a situação de risco que pessoas defensoras de direitos humanos enfrentam. No entanto, apesar do amplo marco institucional dedicado à proteção de defensores e defensoras na Colômbia, a resposta institucional continua a ser fraca pelos seguintes motivos: falta de reconhecimento da legitimidade e importância do trabalho de defensores e defensoras, incluindo seu papel-chave na implementação do processo de paz; falta de recursos para enfrentar as causas estruturais que colocam essas pessoas em risco; falta de implementação no nível local de diretrizes e planos nacionais; e falta de um programa de proteção totalmente integrado e com recursos suficientes, o qual coordenaria as atividades de todos os

órgãos relevantes para garantir a máxima proteção às pessoas defensoras de direitos humanos. Além disso, tal estratégia deve considerar as diferentes necessidades de vários grupos, levando em conta questões como idade, etnia, gênero e nível socioeconômico.

RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DA COLÔMBIA

O governo da Colômbia recebeu muitos alertas e está plenamente ciente dos perigos enfrentados por pessoas defensoras de direitos humanos em todo o país. É hora de começar a desenvolver e implementar planos reais de prevenção que tenham liderança política clara nos níveis nacional e local. É uma injustiça que cada vez mais pessoas defensoras são mortas quando existem maneiras de impedir que elas morram. O governo da Colômbia deve

- ❖ Desenvolver uma política integral, no âmbito do gabinete do Procurador-Geral, que reúna todas as diretrizes e regulamentos internos, a fim de garantir que haja um programa de ação adequadamente integrado para proteger as pessoas defensoras de direitos humanos.
- ❖ Realizar uma análise situacional integrada para identificar e processar os autores de ataques.
- ❖ Assegurar que o Ministério do Interior, o gabinete do Procurador-Geral, a polícia nacional, a Unidade Nacional de Proteção e as autoridades regionais e locais se reúnam, de forma coordenada, para implementar os compromissos políticos e técnicos acordados com defensores e defensoras, no que diz respeito à prevenção, proteção e investigação.
- ❖ Garantir que o Poder Judiciário como um todo se concentre na violência contra pessoas defensoras dos direitos humanos, uma vez que essa violência é um ataque aos esforços para construção da democracia e da paz.
- ❖ Iniciar discussões dentro dessas instituições com urgência, em parceria com os órgãos estatais que já realizaram alguns avanços, como os escritórios da Defensoria do Povo em matéria de Direitos Humanos e da Procuradoria-Geral.
- ❖ Tomar medidas efetivas para combater a cultura de estigmatização e as campanhas de difamação contra defensoras e defensores de direitos humanos, que muitas vezes são precursoras de ataques.
- ❖ Projetar e implementar, com participação pública, mudanças estratégicas, institucionais, orçamentárias e operacionais para garantir a segurança dos/as cidadãos/ãs, especialmente em áreas rurais, de acordo com as normas internacionais e a Constituição.